

Hidrelétrica Pipoca S.A.

Demonstrações financeiras de 31 de
dezembro de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO	7
3. GESTÃO DE RISCOS	11
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	15
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	16
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	17
7. IMOBILIZADO.....	17
8. INTANGÍVEL	19
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	19
10. FORNECEDORES.....	21
11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	21
12. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	22
13. PARTES RELACIONADAS	22
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24
16. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	25
17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	25
18. RESULTADO FINANCEIRO	25
19. PROCESSOS JUDICIAIS	25
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	28

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.582	5.740
Clientes	5	-	3.351
Partes relacionadas	13	4.440	-
Outros créditos	6	1.913	1.686
		20.935	10.777
Não circulante			
Caixa restrito	4	3.520	3.289
Outros créditos	6	1.198	1.158
		4.718	4.447
Imobilizado			
Intangível	8	7.432	8.188
		88.817	90.899
		93.535	95.346
Total do ativo		114.470	106.123
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	569	600
Empréstimos e financiamentos	9	556	6.617
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	1.977	860
Passivos de arrendamentos		154	-
Partes relacionadas	13	484	174
Dividendos a pagar	13	7.308	7.940
Outras obrigações		50	77
		11.098	16.268
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	-	549
Passivos de arrendamentos		25	-
IRPJ e CSLL diferidos		288	255
		313	804
Total do passivo		11.411	17.072
Patrimônio líquido			
Capital social	14	41.360	41.360
Reservas de lucro		61.699	47.691
Total do patrimônio líquido		103.059	89.051
Total do passivo e patrimônio líquido		114.470	106.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	15	44.882	45.624
Custos da operação e compra de energia	16	(12.958)	(10.909)
Lucro bruto		31.924	34.715
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, pessoal e gerais	17	(1.948)	(1.624)
		(1.948)	(1.624)
Resultado operacional		29.976	33.091
Receitas financeiras	18	1.070	3.065
Despesas financeiras	18	(356)	(941)
		714	2.124
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		30.690	35.215
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.774)	(2.619)
Lucro líquido do exercício		28.916	32.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	28.916	32.596
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	28.916	32.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	41.360	7.435	46.600	-	95.395
Transações com acionistas					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.596	32.596
Reserva legal	-	837	-	(837)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(7.940)	(7.940)
Destinação do lucro	-	-	23.819	(23.819)	-
Dividendos complementares	-	-	(31.000)	-	(31.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.360	8.272	39.419	-	89.051
Transações com acionistas					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.916	28.916
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(7.229)	(7.229)
Destinação do lucro	-	-	21.687	(21.687)	-
Dividendos complementares	-	-	(7679)	-	(7.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.360	8.272	53.427	-	103.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.690	35.215
Ajustes:		
Depreciação e amortização	4.089	4.106
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	350	935
Receita financeira de aplicações financeiras	(1.080)	(3.027)
	34.049	37.229
(Aumento) redução nos ativos		
Clientes	3.351	334
Partes relacionadas	(4.440)	-
Outros créditos	(267)	(155)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(31)	517
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.117	137
Partes relacionadas	310	-
Outras contas a pagar	(27)	(190)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	34.062	37.872
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(331)	(1.400)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.741)	(2.485)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	31.990	33.987
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	(1.794)	(445)
Aplicações financeiras – caixa restrito	849	2.769
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(945)	2.324
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal - empréstimos e financiamentos	(6.614)	(6.015)
Dividendos pagos	(15.540)	(38.922)
Arrendamentos pagos	(49)	(40)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(22.203)	(44.977)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	8.842	(8.666)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.740	14.406
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.582	5.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Companhia” ou “Pipoca”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, com sede no Município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474 de 6 de março de 2006, a autorização para implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da PCH Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. A hidrelétrica iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW ¹.

A Companhia é uma *Joint Venture* que tem como sócios a Serena Geração S.A. (“Serena Geração”), participação de 51% e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig”), participação de 49%.

As atividades da companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da companhia.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- MRE – Mecanismo de realocação de energia;
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- WACC – *Weighted Average Cost of Capital* (Custo médio ponderado de capital).
- UGC – Unidade Geradora de Caixa
- GSF – *Generation Scaling Factor* (Fator de escala de Geração)
- MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 14 de março de 2025, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no

¹ Informação não auditada.

qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.5 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7	Imobilizado (vida útil e taxas de depreciação)
19	Processos judiciais

2.7 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting*

Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas

demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *lack of exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) - adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Pipoca realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Abaixo são mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos hidrológicos: relacionados a sazonalidade das receitas;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de sua central geradora de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP” – *Enterprise Resource Planning*) que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Companhia e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco hidrológico

A energia gerada pela PCH é influenciada pelo regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs pode não ser auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo poder concedente, em um mecanismo opcional denominado MRE, que faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo delas. A opção é realizada anualmente.

As eventuais diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas proporcionalmente entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como *General Scaling Factor* (GSF).

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge*

natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação

A Pipoca comercializa energia no ACL, sob contrato de compra e venda de energia, sendo o principal contrato com a Cemig, com prazo e preços estabelecidos nesse contrato. Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a garantia física, ajustada do fator do MRE, e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Pipoca busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.582	5.740
Clientes	5	-	3.351
Caixa restrito	4	3.520	3.289
Total		18.102	12.380

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.5.

3.6 Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital com o objetivo de maximizar o retorno dos investidores, buscando uma otimização da estrutura de capital considerando as condições econômicas, ambiente competitivo e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. Quando menor o índice, menos endividada está a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a dívida da Companhia está menor que saldo de Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Nota	2024
Empréstimos, financiamentos e debentures	9	556
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	4	(3.520)
(-) Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	4	(14.582)
Dívida líquida consolidada		(17.546)
Patrimônio líquido		103.059
Dívida líquida / Patrimônio líquido		(0,17)

3.7 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	2024	2023
Banco	400	353
Aplicações financeiras de liquidez imediata	14.182	5.387
Caixa e equivalentes de caixa (i)	14.582	5.740
Aplicações financeiras - Caixa restrito (ii)	3.520	3.289
Total	18.102	9.029

(i) Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

(ii) As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 15.

	2024	2023
MCP – CCEE	-	66
Consumidores livres e distribuidoras	-	3.285
Total	-	3.351

Contas a receber ACL: representados por contas a receber de comercializadoras e consumidores livres relativas à energia gerada pela usina e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2024 e 2023, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	2024	2023
Tributos a recuperar		
IRRF/CSLL	370	372
PIS/COFINS	999	999
ICMS	161	161
Tributos diferidos	595	544
Adiantamento a fornecedores	2	2
Despesas a apropriar	378	148
Depósitos judiciais	603	614
Outros	3	4
Total	3.111	2.844
Apresentados no ativo:		
Circulante	1.913	1.686
Não circulante	1.198	1.158

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras.

7. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Máquinas e equipamentos	Reservatórios	Edificações	Obras em andamento	Ativo de direito de uso de arrendamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.364	44.760	11.821	438	-	3.328	82.711
Adições	919	350	191	259	-	75	1.794
Adição arrendamento	-	-	-	-	213	-	213
Depreciação	(1.261)	(1.684)	(322)	-	(41)	(25)	(3.333)
Transferência	334	-	-	(405)	-	71	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.356	43.426	11.690	292	172	3.449	81.385

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Máquinas e equipamentos	Reservatórios	Edificações	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.601	46.343	12.086	272	3.316	85.618
Adições	69	36	123	166	14	408
Depreciação	(1.244)	(1.681)	(388)	-	(2)	(3.315)
Transferência	(62)	62	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.364	44.760	11.821	438	3.328	82.711

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 9 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2024 são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	4,2%
Reservatórios	3,1%
Edificações	3,5%
Outros	7,9%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

8. INTANGÍVEL

	Ativos de concessão		
	- GSF	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.106	82	8.188
Amortização	(742)	(14)	(756)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.364	68	7.432

	Ativo de direito de uso de arrendamento	Ativos de concessão		
		- GSF	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38	8.848	56	8.942
Adições	-	-	37	37
Amortização	(38)	(742)	(11)	(791)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	8.106	82	8.188

Repactuação do risco hidrológico - GSF

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos das usinas hidrelétricas incorridos com o GSF relativos a questões não hidrológicas, entre os anos de 2012 e 2017. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, calculada com base nos valores gerados pela Aneel/CCEE.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga da Companhia.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

9.1 Composição do saldo

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
BNDES	556	6.617	-	549	556	7.166
Total	556	6.617	-	549	556	7.166

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de Custo da dívida pagamento (a.a.)		Garantias	2024	2023
Pipoca	BNDES	Janeiro/2025	mensal	TJLP + 2,15%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	556	7.166
						556	7.166

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do período é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.166
Pagamento de principal	(6.060)
Encargos financeiros pagos	(885)
Encargos financeiros provisionados	335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	556

Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.646
Pagamento de principal	(6.015)
Encargos financeiros pagos	(1.400)
Encargos financeiros provisionados	935
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.166

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2025	554	2	556
	554	2	556

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.3 Garantias

As garantias dos financiamentos da Companhia são as usuais a um *Project Finance*, incluindo contas reservas, cessão dos contratos de direitos de contratos de compra e venda de energia e contas vinculadas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, e penhor das ações da Companhia.

9.4 Covenants financeiros

A Companhia esta sujeita a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants*, limita a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório e, em alguns casos, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2024
Geração de caixa das atividades (a)	32.291
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	30.690
(+) Resultado financeiro	(714)
(+) Depreciações e amortizações	4.089
(-) IRPJ e CSLL apurados	(1.774)
Serviço da dívida (b)	6.945
Amortização de principal	6.614
Pagamento de juros	331
ICSD auferido (a) / (b)	4,65

	2024
Patrimônio líquido (a)	103.059
Ativo total (b)	114.470
ICP auferido (a) / (b)	90%

10. FORNECEDORES

	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	150	600
Compra de energia e MCP	419	-
	569	600

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção da central hidrelétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos da usina.

Compra de energia ACL: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

MCP -CCEE: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

	2024	2023
Obrigações trabalhistas		
Salários e encargos	9	7
Provisões trabalhistas	68	58
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	309	-
Impostos a pagar	1.542	742
Tributos retidos sobre terceiros	49	53
	1.977	860

12. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação. No exercício de 2023 a Companhia foi tributada pelo regime do lucro presumido.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mensais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	2024	2023
Receita bruta	46.747	47.524
Lucro presumido IRPJ - 8%	3.740	3.802
Receitas financeiras	1.070	3.065
Outros	(117)	335
Bse de cálculo	4.693	7.202
IRPJ - Alíquota de 25%	(1.173)	(1.801)
Receita bruta	46.747	47.525
Lucro presumido IRPJ - 12%	5.610	5.703
Receitas financeiras	1.070	3.065
Outros	(10)	335
Bse de cálculo	6.670	9.103
IRPJ - Alíquota de 9%	(601)	(819)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.774)	(2.619)

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

	2024			2023		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Clientes	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Outros créditos	Dividendos a pagar	Outras obrigações
Serena Geração	-	(3.727)	(484)	-	(4.049)	(174)
Cemig	4.440	(3.581)	-	3.285	(3.891)	-
Total	4.440	(7.308)	(484)	3.285	(7.940)	(174)

13.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

	2024			2023		
	Receita operacional líquida	Custos da operação e compra de energia	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação e compra de energia	Administrativas, pessoal e gerais
Serena Geração	-	-	(1.399)	-	-	(1.090)
Cemig	45.730	(1.736)	-	46.856	(2.917)	-
Total	45.730	(1.736)	(1.399)	46.856	(2.917)	(1.090)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

14.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 41.360, representado por 41.360.000 ações ordinárias.

14.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2024 e 2023 é a seguinte:

Proposta da Administração	2024	2023
Resultado do exercício	28.916	32.596
(-) Reserva legal 5%	-	(837)
(=) Lucro líquido ajustado	28.916	31.759
(-) Dividendos obrigatórios – 25%	(7.229)	(7.940)
Constituição de reserva de lucros	21.687	23.819

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal já corresponde ao limite máximo permitido pela legislação, equivalente a 20% do capital social da Companhia. Dessa forma, em conformidade com a legislação vigente, não houve destinação adicional de lucro para essa reserva no exercício.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

	2024	2023
Vendas no ACL	558	556
Vendas intercompany (Nota 13)	45.730	46.856
MCP	459	112
Impostos e deduções de vendas		
PIS e COFINS	(1.865)	(1.900)
	44.882	45.624

16. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA

	2024	2023
Compra de energia	(3.666)	(847)
Depreciação e amortização	(4.082)	(4.096)
Serviços de manutenção e conservação	(2.134)	(2.624)
Encargos regulatórios	(1.508)	(1.820)
Gastos com pessoal	(358)	(470)
Serviço de terceiros	(491)	(401)
Outros	(719)	(651)
	(12.958)	(10.909)

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2024	2023
Gastos com pessoal	(1.257)	(1.063)
Depreciação e amortização	(7)	(10)
Serviços de terceiros	(332)	(198)
Outras	(352)	(353)
	(1.948)	(1.624)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.080	3.027
Outras receitas e retenções de impostos	(10)	38
	1.070	3.065
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(335)	(935)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(15)	(1)
Outras despesas	(6)	(5)
	(356)	(941)
Resultado financeiro líquido	714	2.124

19. PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisões e passivos contingentes

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada pela administração como possível, baseada na avaliação dos consultores jurídicos, não são contabilizados e somam o montante de R\$ 53.

A Companhia não possui causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como provável, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, baseada nos pareceres jurídicos.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Serena transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2024	2023	Categoria
Caixa e equivalentes	14.582	5.740	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	3.520	3.289	A
Clientes	-	3.351	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	556	7.166	A
Fornecedores	569	600	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Hidrelétrica Pipoca S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrelétrica Pipoca S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9